

## A UNIVERSIDADE PÚBLICA BRASILEIRA E A GESTÃO DA COMUNICAÇÃO COMO ESTRATÉGIA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL

### THE BRAZILIAN PUBLIC UNIVERSITY AND COMMUNICATION MANAGEMENT AS A STRATEGY FOR LOCAL AND REGIONAL DEVELOPMENT

Marjorie Bier Krinski Corrêa<sup>1</sup>

**RESUMO:** O artigo analisa as formas por meio das quais a universidade pública brasileira pode contribuir para o desenvolvimento local e regional, buscando identificar o papel da gestão da comunicação nesse processo. Tem por objetivo descrever a relevância dessa estratégia, quando empregada pela universidade pública no sentido de fortalecer os laços mantidos com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento local e regional. Elaborado a partir da técnica de pesquisa bibliográfica, configura-se como uma revisão da literatura disponível sobre o assunto, e apresenta, sequencialmente, aspectos históricos acerca da instalação de universidades públicas no Brasil, conciliações e conflitos entre a universidade pública e a sociedade no século XXI e a gestão da comunicação como estratégia para o desenvolvimento local e regional. A título de conclusão, afirma as potencialidades de uma adequada gestão da comunicação promovida pela universidade pública não apenas como estratégia para o desenvolvimento local e regional, mas também como resistência às ações de desmonte do ensino superior impostas pelo atual governo federal.

**Palavras-chave:** Universidade pública. Gestão da comunicação. Desenvolvimento local e regional.

852

**ABSTRACT:** The article analyzes the ways in which the Brazilian public university can contribute to local and regional development, seeking to identify the role of communication management in this process. It aims to describe the relevance of this strategy, when employed by the public university in order to strengthen the ties maintained with the community, with a view to local and regional development. Elaborated from the bibliographic research technique, it is configured as a review of the available literature on the subject, and presents, sequentially, historical aspects about the installation of public universities in Brazil, conciliations and conflicts between the public university and society in the 20th century. XXI and communication management as a strategy for local and regional development. As a conclusion, it affirms the potential of an adequate communication management promoted by the public university not only as a strategy for local and regional development, but also as resistance to the actions of dismantling higher education imposed by the current federal government.

**Keywords:** Public university. Communication management. Local and regional development.

---

<sup>1</sup> Aluna Especial Mestrado em Políticas Públicas - Disciplina CULTURA, POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO Universidade Federal da Fronteira Sul - Campus Cerro Largo/RS. E-mail: [marjorie.bier@gmail.com](mailto:marjorie.bier@gmail.com).

## INTRODUÇÃO

A universidade pública brasileira tem sido alvo, nos últimos anos, de ataques articulados pela administração federal, comprometida em desmontar as políticas públicas que garantem a educação como direito universal para todos, nos diversos níveis de ensino.

O governo de Jair Bolsonaro, ao contrário das gestões que o precederam, dessa forma, revela sua adesão à ideologia neoliberal, ao passo em que dissemina ideias patrimonialistas que sustentam uma cultura de privilégios, tudo isso resultando no recrudescimento do pensamento neofascista, base das políticas estatais em curso.

Diante disso, o presente artigo analisa as formas por meio das quais a universidade pública brasileira pode contribuir para o desenvolvimento local e regional, buscando identificar o papel da gestão da comunicação nesse processo, e tem por objetivo descrever a relevância dessa estratégia, quando empregada pela universidade pública no sentido de fortalecer os laços mantidos com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento local e regional.

Utilizando os procedimentos inerentes à pesquisa bibliográfica, propõe uma revisão da literatura disponível sobre o assunto, a qual aborda, inicialmente, aspectos históricos acerca da instalação de universidades públicas no Brasil (a partir dos quais se tornam identificáveis as bases ideológicas que hoje são mobilizadas pelo governo de Jair Bolsonaro).

Em um segundo momento, trata diretamente das conciliações e conflitos detectados na relação entre a universidade pública e a sociedade no século XXI, os quais se intensificam devido à desmobilização do setor percebida nos últimos anos e, finalmente, investiga as potencialidades da gestão da comunicação como estratégia para o desenvolvimento local e regional e, também, como resistência às ações de desmonte do ensino superior impostas pelo atual governo federal.

### **Apontamentos históricos acerca da instalação de universidades públicas no Brasil**

Como recurso para a adequada contextualização da temática em estudo, a consideração à história da instalação de universidades públicas no Brasil permite que se identifique, nesse percurso, alguns dos elementos que, na atualidade, têm influenciado a percepção de alguns segmentos da sociedade acerca da importância (ou irrelevância) de seu papel para a manutenção dos ideais democráticos no país.

Nesse sentido, Toledo, Maciel e Francisco argumentam que enquanto nos países vizinhos o surgimento de universidades remonta ao período colonial, "o Brasil só foi contar com instituições regulares de ensino superior depois da Independência, ocorrida em 1822" (2021, s. p.).

De acordo com os mesmos autores:

Aqui, as primeiras faculdades (instituições isoladas e ainda não organizadas na forma de uma universidade) foram criadas para formar os quadros políticos necessários à construção do Estado nacional. Desde o início, já continham os traços que marcariam o ensino superior brasileiro até o século XX: o caráter fortemente elitizado de seus corpos discente e docente e a necessidade de imersão na vida acadêmica, com dedicação exclusiva do aluno, que precisava, portanto, ser sustentado pela família (TOLEDO; MACIEL; FRANCISCO, 2021, s. p.).

O marco fundador desse processo, tal como identificado por Souza, Miranda e Souza (2019) foi a criação, em 1920, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A Universidade de São Paulo, estabelecida em 1934, também teve em seus primórdios uma orientação elitista similar à de sua precedente, critério que condicionou a instalação, em 1935, da Universidade do Distrito Federal, cuja proposta educacional inclusiva e autônoma viria a servir de modelo para diversas outras instituições de ensino superior criadas nas décadas seguintes.

Acerca desse ponto, Toledo, Maciel e Francisco propõem uma análise da democratização do acesso ao ensino superior, no Brasil, a partir de três "ondas": "A primeira ocorreu com o surgimento das universidades entre as décadas de 1920 e 1930 e dos primeiros cursos propriamente científicos do país" (2021, s. p.).

A segunda onda, tal como definida pela mesma fonte, se inicia no ano de 1968, a partir de uma reforma universitária que passou a incluir o setor privado, e se estende "até o início dos anos 2000, [e] foi marcada pela inclusão de mulheres na universidade e representou um passo importante na reconfiguração do ensino superior" (TOLEDO; MACIEL; FRANCISCO, 2021, s. p.).

Manifesta entre os anos de 2003 e 2016, a terceira onda, por sua vez, foi marcada pela ênfase conferida ao ensino superior pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que implementaram políticas públicas específicas para o setor, ampliando o acesso da população a esse nível de educação (TOLEDO; MACIEL; FRANCISCO, 2021).

A democratização do ensino superior, conforme Gentili e Oliveira, ocorreu por meio de garantias inscritas em programas implementados pelo governo federal, merecendo registro que, "Durante seus dois mandatos, o presidente Lula buscou [...] desenvolver políticas

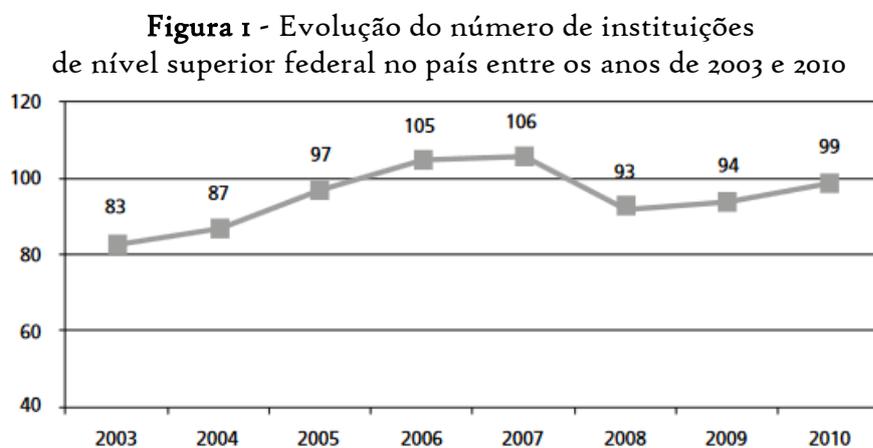
de ampliação do acesso à educação superior [sendo que a] presidenta Dilma Rousseff deu continuidade a esse processo (2013, p. 255).

Entre esses programas, os de maior repercussão nesse período foram o Programa Universidade para Todos (Prouni), criado em 2005, o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), lançado em 2007 (GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

Acerca do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais, o qual se conecta diretamente ao objeto de estudo deste artigo, os autores supracitados registram que:

O governo incentivou, por meio do Reuni, as universidades públicas nacionais a promover a expansão física, acadêmica e pedagógica da rede federal de educação superior. O programa foi instituído pelo Decreto n. 6.096, de 24 de abril de 2007, constituindo uma das ações que integram o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE). Suas iniciativas contemplam o aumento de vagas nos cursos de graduação, a ampliação da oferta de cursos noturnos, a promoção de inovações pedagógicas e o combate à evasão, entre outras metas orientadas a diminuir as desigualdades sociais e educacionais no país (GENTILI; OLIVEIRA, 2013, p. 257).

A título de ilustração, a Figura 1 demonstra a evolução do número de instituições de nível superior federal no país entre os anos de 2003 e 2010.



Fonte: GENTILI; OLIVEIRA, 2013).

Os mesmos Gentili e Oliveira enfatizam que, entre as últimas grandes mudanças operadas no âmbito do ensino superior brasileiro no período, há que se incluir "a aprovação e regulamentação da Lei n. 12.711/2012, instituindo cotas nas universidades públicas federais e nos institutos técnicos federais" (2013, p. 259).

Ao que se soma a afirmação de Toledo; Maciel; Francisco, para quem:

As cotas foram um divisor de águas nas discussões sobre a universidade brasileira e seu caráter elitista. Ao desfazer o monopólio do acesso à universidade que as elites brancas detinham desde o Império, as cotas promoveram a mobilidade social

ascendente a amplas parcelas da população. Um diploma universitário dá acesso a melhores postos de trabalho no mercado privado e público, com impacto direto sobre a renda dos indivíduos (2021, s. p.).

Como se verá adiante, à terceira "onda" identificada pelos autores supracitados, pode-se acrescentar uma nova fase vivenciada pelo ensino superior brasileiro, na qual as conquistas democráticas até aqui apontadas passam a ser questionadas e atacadas, em consequência da ascensão ao poder federal de representantes de setores conservadores da sociedade, com agenda marcada por ideais distintos dos que incidiram sobre o segmento nos primeiros anos do século XXI.

### **Conciliações e conflitos entre a universidade pública e a sociedade no século XXI**

Apesar de na primeira década do século XXI o ensino superior brasileiro ter sido marcado por um princípio de conciliação entre a universidade pública e a sociedade - em especial pela implementação, durante os mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, de políticas públicas como as anteriormente identificadas - o atual cenário inerente ao segmento tem se caracterizado por uma sucessão de conflitos.

Esse processo, tal como observado por Assumpção, não apenas compromete a qualidade do ensino superior oferecido nas universidades públicas, como também afeta a sociedade brasileiro como um todo, visto que "Na atuação do Estado brasileiro, a ciência e as universidades públicas cumprem uma função estratégica e fundamental para o desenvolvimento cultural, tecnológico, social e econômico da nossa sociedade" (2021, s. p.).

Os ataques desferidos contra a universidade pública pelo atual presidente da República Jair Bolsonaro, alguns ainda durante a campanha eleitoral que o elegeu, em 2018, tomaram proporções impensadas a partir de sua posse, quando o segmento educacional passou a ser sistematicamente alvo de políticas de Estado excludentes e antidemocráticas.

Como ressaltado por Rocha:

O projeto de destruição da universidade pública no nosso país - e, conseqüentemente, das condições de se fazer ciência - vem de longa data e sempre operou, de modo geral, a partir de duas grandes frentes de ataque: a *neoliberal*, que nos acompanha mais fortemente desde o final do século passado, mas que tinha arrefecido ao longo dos governos do PT para retornar fortemente com Temer; e a *ideológica* que, também com seus "vai e vens" históricos, ganha uma força nunca vista antes com a eleição de Jair Bolsonaro (2021, s. p.).

No caso específico da universidade pública, Rocha (2021) argumenta que se pode identificar três frentes de ataque à mesma em nível governamental, as quais se complementam e exercem influência desastrosa sobre este campo.

A primeira delas é a ideologia neoliberal, "que sempre viu o investimento em educação como gasto desnecessário e nunca se conformou com o fato de o Brasil ser um dos poucos países onde o ensino superior inteiramente gratuito ainda resiste" (ROCHA, 2021, s. p.).

Já a segunda frente de ataque à universidade pública - a ideologia patrimonialista de bases racistas e classistas - segundo o mesmo autor, é "ancorada acima de tudo na cultura do privilégio que não aceita abrir os espaços para outras camadas da sociedade" (ROCHA, 2021, s. p.).

Por fim, a terceira frente de ataque reconhecida por Rocha se refere à emergência da "ideologia neofascista, que utiliza-se do rancor gerado pelos mencionados enfrentamentos ao patrimonialismo para levar às últimas consequências a barbárie nua e crua como política de Estado, tendo a universidade como seu principal bode expiatório" (2021, s. p.).

Silva; Ribeiro; Andrade (2022), de sua parte, ilustram as investidas do governo Bolsonaro com relação à universidade pública a partir de duas estratégias principais: o enfrentamento à autonomia universitária e o corte orçamentário e o equilíbrio fiscal.

Acerca do enfrentamento à autonomia universitária, esses autores afirmam que um dos principais focos de conflito do atual governo com o meio acadêmico brasileiro "tem sido o boicote frequente à nomeação do candidato a reitor mais votado nas listas tríplices encaminhadas pelas instituições federais ao Ministério da Educação" (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022, p. 169).

De igual forma, merece atenção o fato de que:

Em pelo menos 22 nomeações feitas entre janeiro de 2019 e junho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro desconsiderou o primeiro colocado na lista tríplice. Em sete outros casos o presidente nomeou reitores temporários que sequer haviam concorrido nas consultas às comunidades acadêmicas (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022, p. 169).

Com relação ao corte orçamentário e o equilíbrio fiscal, Silva; Ribeiro e Andrade informam que "O auge de crescimento do investimento educacional se deu entre 2008 e 2012, perdendo força em 2013 e despencando a partir de 2015" (2022, p. 169).

Ainda de acordo com a mesma fonte, "Em 2018, os investimentos recuaram ao patamar de 2012, no qual gastos com investimento do orçamento primário do MEC foram de 18% para 4%" (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022, p. 169-170).

Ao que acrescentam:

[...] A estratégia de estrangulamento orçamentário promovida pelo governo Bolsonaro pode, ainda, ser evidenciada se mencionarmos o bloqueio de 30% do orçamento geral das Universidades e Institutos Federais (algumas dessas instituições o corte foi ainda maior) promovido em 2020, o que provocou uma situação de iminente colapso orçamentário e perspectiva de paralisação de serviços e unidades de ensino, ao afetar seu funcionamento interno (SILVA; RIBEIRO; ANDRADE, 2022, p. 170).

Essas ações, que de maneira prática cerceiam o funcionamento da universidade pública brasileira, possuem outro reflexo tão ou mais nefasto: a disseminação, entre os cidadãos, de ideias que desqualificam esses espaços, ou, como exposto por Baqueiro, visam até mesmo ridicularizá-los, pois "Dentro do projeto de censura às universidades públicas, que o bolsonarismo assenta na pós-verdade, usa-se a arma da difusão de notícias falsas, como sói ocorrer a tudo que o nacional-populismo toca" (2019, s. p.).

Nesse sentido, o governo Bolsonaro tem lançado mão de estratégias distintas, "Tentando conquistar a opinião pública à causa da repressão moral, faze[ndo] parecer que a universidade é, exclusivamente, um ambiente de fesceninas orgias, venda e consumo de drogas, e difusão da 'ideologia de gênero', o que quer que signifique isso" (BAQUEIRO, 2019, s. p.).

De certa forma, a estratégia conduzida pelo governo federal no sentido da difamação da universidade pública brasileira busca atingir, em especial, a parcela da população que não detém informação quanto ao real significado dessas instituições.

Como demonstrado em pesquisa conduzida pelo Centro de Estudos e Think Tank sobre Sociedade, Universidade e Ciência Sou\_Ciência, da Universidade Federal de São Paulo, "36,1% da população brasileira não sabem o que é feito nas universidades públicas" (FALTA VISIBILIDADE, 2021, s. p.).

Conforme a mesma fonte: "Os dados reforçam a importância da divulgação e comunicação à sociedade brasileira sobre a relevante atuação das universidades públicas no país, por exemplo, no enfrentamento da pandemia de Covid-19" (FALTA VISIBILIDADE, 2021, s. p.).

Indicadores como os acima reproduzidos sugerem quem entre as estratégias a serem valorizadas pelas universidades públicas no sentido da melhoria de seus vínculos com as comunidades das quais participam, a gestão da comunicação desponta como elemento primordial, inclusive com vistas ao fomento do desenvolvimento local e regional, como mais bem se verá na última seção do presente estudo.

## **A comunicação institucional como estratégia para o desenvolvimento local e regional**

De fato, como observado até aqui, a universidade pública brasileira se encontra diante de um desafio de grandes proporções, o qual pode ser compreendido ao se considerarem dois de seus aspectos principais: o desmonte das políticas públicas que garantem sua autonomia, financiamento e continuidade, e a desinformação propagada por setores do governo Bolsonaro acerca de sua real caracterização.

Tal como exposto por Souza, no atual momento histórico:

Para combatermos essas políticas neoliberais que vêm sendo propostas e executadas no campo da educação, nossa luta passa necessariamente pela afirmação da escola e da universidade pública numa perspectiva de sociabilidade que contraria correntes impostas pelo capital. Nossa aposta deve se pautar na formação integral, emancipatória, laica e inclusiva (2022, p. 187).

A partir de ações como a acima descritas, tornar-se-ia possível ratificar o exposto por Assumpção, para quem "O histórico dos avanços sociopolíticos e socioculturais do Brasil [...] pode ser refletido por alguns números das nossas instituições públicas de ensino superior (2021, s. p.).

Ampliando esse entendimento, parece haver concordância entre os pesquisadores acerca da influência da universidade pública sobre o desenvolvimento local e regional, questão que, por si só, validaria a manutenção de uma instituição de ensino superior em determinada localidade.

Acerca desse ponto, Bonho e Moraes afirmam que "uma universidade pública inserida em um local contribui para este de maneira singular, transformando o espaço geográfico ao qual tem influência, caracterizando assim um instrumento de mudança socioambiental e econômica" (2017, s. p.).

Os mesmos autores sustentam, ainda, que:

A universidade para ser fonte de desenvolvimento precisará promover ações internas e externas a ela, destacando os projetos de extensão como dispositivo que podem favorecer socialmente e economicamente no desenvolvimento dessas localidades. Existem diversas maneiras que a universidade pública pode intervir na sociedade onde está inserida, podendo ser: através de projetos sociais, estimulando projetos já existentes, criando novos; criando e incentivando as incubadoras de empresas cooperativas para auxiliarem os pequenos empreendedores, através de projetos de extensão que envolvem a comunidade e os capacitando para uma mão de obra específica (BONHO; MORAIS, 2017, s. p.).

Como parece evidente, uma das principais estratégias disponíveis, no contexto da universidade pública, com vistas ao incremento de sua participação na localidade em que se insere, é a gestão da comunicação, sendo apontada, inclusive, por autores como Alves (2014) como um dos pilares dessas instituições.

De acordo com esse autor, "É necessário considerar que a Comunicação deve interagir com outros setores e, conseqüentemente, constar no documento que marca o planejamento das universidades" (ALVES, 2014, p. 72).

No mesmo sentido, Alves argumenta que:

A Comunicação considerada como parte do planejamento estratégico necessariamente terá participação nas discussões que envolvem, por exemplo, as políticas de atendimento aos discentes, aos itens relacionados à infraestrutura e aspectos financeiros e orçamentários (2014, p. 72).

Já Costa e Veiga enfatizam que "As instituições públicas por meio das suas estruturas de comunicação têm sempre um grande desafio à sua frente: fazer com que a informação que ela detém possa circular entre os seus integrantes e, sobretudo, extramuros (2017, p. 8).

Para a fonte citada, "A universidade como centro de produção científica sistematizada necessita compartilhar suas potencialidades de pesquisa, debates, discussões e progressos nas mais diversas áreas de conhecimento com a sociedade" (COSTA; VEIGA, 2017, p. 12).

Acerca desse ponto, acrescentam os autores supracitados que:

Isso só é possível mediante uma estrutura de comunicação que viabiliza o relacionamento e a interação entre os atores envolvidos. Ao estabelecer um diálogo com os demais atores a universidade estará mais preparada para fazer ajustes ou mudanças na proposição de valor (COSTA; VEIGA, 2017, p. 12).

Todavia, para que a gestão da comunicação de uma universidade pública se mostre eficiente, há que se ter em perspectiva que, tal como enfatizado por Lopes, que "Grande parte das universidades públicas mantém setores de comunicação social para divulgar suas ações" (2009, p. 60), apesar de ser notório que estas, em grande percentual, detêm equipamentos e pessoal qualificados para a atividade.

A mesma fonte sustenta que "Propaganda é, quase sempre, descartada; a cultura interna dessas instituições, em parte influenciada por educadores de linha mais ortodoxa, não vêem na propaganda, uma ferramenta adequada ao serviço público" (LOPES, 2009, p. 60).

O mesmo Lopes indica, ainda, que:

Rádios e TVs universitárias de baixa audiência limitam o alcance de programas que nem sempre podem ter uma grande produção, embora possam ser de bom conteúdo. Esses setores vivem a reboque das verbas de gabinete dos reitores não possuindo rubrica própria para desenvolver suas atividades. Como os recursos são limitados, recebem o indispensável (2009, p. 60).

Como alternativa para o enfrentamento de tais fatores, que acabam por limitar a qualidade da gestão da comunicação nas universidades públicas, Lopes (2009) sugere, entre

outras estratégias, a definição de peças publicitárias distintas daquelas utilizadas pelas universidades privadas, a fim de enfatizar sua identidade, porém empregando todos os recursos tecnológicos disponíveis.

Dessa forma, "Utilizando-se dos mesmos veículos, as universidades públicas poderão contar suas histórias, divulgar suas ações e defender marcas de instituições que precisam ser melhor reconhecidas e valorizadas" (LOPES, 2009, p. 60).

Indo além, e em consonância com o exposto ao longo do artigo, uma gestão da comunicação eficaz pode contribuir, também, para o esclarecimento da população local e regional quanto aos ataques que a universidade pública brasileira vem sofrendo nos últimos anos, suscitando entre a população uma compreensão aprofundada dos processos que envolvem o papel dessas instituições frente a afrontas à democracia como a atualmente em curso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo teve por objetivo descrever a relevância da gestão da comunicação quando empregada pela universidade pública no sentido de fortalecer os laços mantidos com a comunidade, com vistas ao desenvolvimento local e regional.

861

Para tanto, discorreu sobre aspectos históricos acerca da instalação de universidades públicas no Brasil, as conciliações e conflitos entre a universidade pública e a sociedade no século XXI e a gestão da comunicação como estratégia para o desenvolvimento local e regional.

Como considerações finais, afirma as potencialidades de uma adequada gestão da comunicação promovida pela universidade pública não apenas como estratégia para o desenvolvimento local e regional, mas também como resistência às ações de desmonte do ensino superior impostas pelo atual governo federal.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Cristiano Alvarenga. **Gestão da comunicação das universidades federais: mapeamento das ações e omissões**. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2014. [Dissertação de Mestrado] Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/126510/000839887.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 15 ago. 2022.

ASSUMPÇÃO, Raiane. O papel político da ciência e das universidades públicas brasileiras. **Universidade Federal de São Paulo**, 8 jul. 2021. Disponível em:

<https://www.unifesp.br/campus/osaz/noticias-eppen/1651-o-papel-politico-da-ciencia-e-das-universidades-publicas-brasileiras>. Acesso em: 30 ago. 2022.

BAQUEIRO, Lucas. O mapa da crise da universidade pública. **Amálgama**, 21 maio 2019. Disponível em: <https://www.revistaamalgama.com.br/05/2019/o-mapa-da-crise-da-universidade-publica/>. Acesso em: 20 set. 2022.

BONHO, Fabiana Tramontin; MORAIS, Roberto Tadeu Ramos. As universidades públicas e o desenvolvimento regional. **Anais do 9º Salão Internacional de Ensino, Pesquisa e Extensão - SIEPE**. Universidade Federal do Pampa, Santana do Livramento, 21-23 nov. 2017. Disponível em: [https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq\\_trabalhos/11982/seer\\_11982.pdf](https://guri.unipampa.edu.br/uploads/evt/arq_trabalhos/11982/seer_11982.pdf). Acesso em: 22 set. 2022.

COSTA, Inara Regina Batista da; VEIGA, Ricardo Teixeira. A comunicação pública das universidades federais à luz da lógica dominada pelo serviço: uma agenda de pesquisa. **Anais do XI Congresso Brasileiro Científico de Comunicação Organizacional e Relações Públicas (Abrapcorp 2017)**, 15-19 maio 2017. Disponível em: <https://ebooks.pucrs.br/edipucrs/acessolivre/anais/abrapcorp/assets/edicoes/2017/arquivos/57.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2022.

FALTA VISIBILIDADE. **Sou\_Ciência**, Universidade Federal de São Paulo, 26 nov. 2021. Disponível em: <https://souciencia.unifesp.br/destaques/sociedade-fala/falta-visibility>. Acesso em: 20 set. 2022.

GENTILI, Pablo; OLIVEIRA, Dalila Andrade. A procura da igualdade: dez anos de política educacional no Brasil. In: SADER, Emir (org.). **10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil: Lula e Dilma**. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.

LOPES, Francisco Wagner de Oliveira. **A comunicação como estratégia de gestão das instituições públicas de ensino superior. Estudo de caso: Universidade Federal do Ceará**. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2009. [Dissertação de Mestrado] Disponível em: [https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2798/1/2009\\_dis\\_FWOLopes.pdf](https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/2798/1/2009_dis_FWOLopes.pdf). Acesso em: 23 ago. 2022.

SILVA; RIBEIRO; ANDRADE. O descaso com a política educacional no governo Bolsonaro. In: ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da. (orgs). **Políticas sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. Disponível em: [https://www.pinaunaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/04/V1\\_Zimmermann\\_Políticas-sociais.pdf](https://www.pinaunaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/04/V1_Zimmermann_Políticas-sociais.pdf). Acesso em: 13 set. 2022.

SOUZA, Dominique Guimarães de; MIRANDA, Jean Carlos; SOUZA, Fabiano dos Santos. Breve histórico acerca da criação das universidades no Brasil. **Revista Educação Pública**, v. 19, nº 5, 12 de março de 2019. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/19/5/breve-historico-acerca-da-criacao-das-universidades-no-brasil>. Acesso em: 10 set. 2022.

SOUZA, Mari Rosa. A era bolsonarista e o desmonte das políticas sociais de acesso à educação. In: ZIMMERMANN, Clovis Roberto; CRUZ, Danilo Uzêda da. (orgs). **Políticas**

**sociais no governo Bolsonaro: entre descasos, retrocessos e desmontes.** Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO; Salvador: Pinaúna, 2022. Disponível em: [https://www.pinaunaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/04/VI\\_Zimmermann\\_Políticas-sociais.pdf](https://www.pinaunaeditora.com.br/wp-content/uploads/2022/04/VI_Zimmermann_Políticas-sociais.pdf). Acesso em: 13 set. 2022.

ROCHA, Thiago R. As três frentes de ataque às universidades. **Outras Palavras**, 11 ago. 2021. Disponível em: <https://outraspalavras.net/direitosouprivilegios/as-tres-frentes-de-ataqueas-universidades/>. Acesso em: 8 set. 2022.

TOLEDO, Demétrio; MACIEL, Regimeire; FRANCISCO, Flávio. Uma visão nebulosa e conservadora. **piauí**, ed. 174, mar. 2021. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/uma-visao-nebulosa-e-conservadora/>. Acesso em: 15 set. 2022.